

Novos limites da reforma eleitoral

A negociação conduzida pelo ministro *Abi-Ackel* com os partidos de oposição em torno da reforma eleitoral ganhou nova dimensão quando o governo passou a admitir conversar sobre os indiciados na *Lei de Segurança Nacional* que, segundo o disposto na *Lei Complementar n.º 5*, estão inelegíveis. O ministro disse ontem que proporá a inelegibilidade somente para as pessoas condenadas por aquela legislação.

Este é um passo importante na negociação e concorre para diminuir a temperatura do ambiente político-partidário. A reforma vai brotando, passo a passo, nestas declarações que o ministro da Justiça faz ou os negociadores do Congresso estão fazendo. O governo explicitou alguns de seus pontos de vista, mas não pretende fazer o mesmo em relação ao projeto do «*distritão*», ou aquele que eleva o número de deputados dos 420 atuais para quinhentos.

O raciocínio é claro. O PDS foge ao desgaste de debater e sustentar temas que, segundo a apreciação dos principais líderes governistas, serão pacificamente aprovados pelo Congresso Nacional. O «*distritão*» praticamente anula a força das legendas, o que facilitará o trabalho dos pequenos partidos. A elevação do número de deputados ajuda as composições nos Estados, porque cria novos cargos para serem disputados no plano federal.

A reforma, que deverá chegar ao Congresso Nacional da próxima semana, será um texto cujos principais tópicos são conhecidos. Este patamar da política brasileira é importante, porque, segundo o raciocínio do senador *Tancredo Neves*, é essencial dar a partida nas campanhas estaduais. De acordo com o presidente do Partido Popular a corrida eleitoral criará novos fatos políticos, revelará lideranças e provocará a oxigenação de todo o sistema partidário.

Através deste expediente também o governo poderia olhar em outras direções e deixar de envolver-se em questões de reduzido alcance. O início das campanhas eleitorais nos estados modificará na essência a política brasileira que deixará de lidar com uma expectativa para trabalhar o assunto eleitoral na sua verdadeira dimensão, isto é cortejando o eleitor.

NORTE-AMERICANOS

Observadores norte-americanos manifestaram surpresa com a repercussão negativa que obteve *Thomas Enders* em sua visita ao Brasil. Os norte-americanos estão analisando a questão, embora saibam que o auxílio do governo *Reagan* à África do Sul — e veto no Conselho de Segurança na ONU — tenham agravado o humor brasileiro diante de *Enders*.

Aliás, o governo norte-americano está mudando seu embaixador em Brasília. *Robert Sayre* está deixando seu posto sendo possível que ainda no mês de setembro, o novo embaixador, *Anthony Motley*, chegue ao Brasil para assumir o cargo.

BAHIA

A proposta dos doze prefeitos, inclusive o de Salvador, ao governo federal no sentido de abolir a taxaço que hoje incide sobre o óleo diesel está destinada ao fracasso. Os técnicos do governo não pretendem adotar a sugestão mas, do ponto de vista político, estão na obrigação de oferecer uma resposta. É nesse sentido que os técnicos do setor estão trabalhando, agora sob a violenta pressão interna do governo e externa da opinião pública, inquieta com os acontecimentos de Salvador.

É oportuno notar que o discurso oficial principia a modificar-se no trato dos sucessivos distúrbios de rua que vêm ocorrendo na capital baiana. Ontem, o secretário de Imprensa, *Carlos Átila* reiterou o ponto de vista do ministro *Octávio Medeiros*, de que os incidentes demonstram estar havendo algum tipo de coordenação entre os sucessivos distúrbios. «Podem haver pessoas interessadas em aproveitar a situação de dificuldades como estopim para uma crise mais séria», disse o porta-voz.

Átila lembrou que os distúrbios aconteceram simultaneamente em diversos pontos da cidade, o que torna ainda maior a suspeita de que há uma organização na sucessão de problemas verificados em Salvador. Os serviços de informação, aliás, estão trabalhando na tentativa de identificar os responsáveis, mas até agora, do ponto de vista formal, não há acusações a qualquer grupo ou entidade. Mas o assunto está em observação.

De qualquer forma é relevante notar que o discurso do governo começa a dar mais atenção aos problemas de segurança que a perceptível desorganização do transporte naquela cidade. Em Salvador registrou-se o maior aumento de tarifas de ônibus no país — 166 por cento no último ano — e também está lá o pior sistema de transporte coletivo das grandes cidades brasileiras. As consequências políticas dos problemas baianos começam a se tornar claras.

André Gustavo Stumpf